

Compra  
HERMANO NEVES

-4. SET. 20.18

HERCULANO NUNES

# Fora da lei!

Preço : 4 centavos

## SUMMARIO

Porque não vamos para a guerra? — Algumas inconveniências sobre a attitude de Portugal — A inacção de Mossamedes ou as modernas delicias de Capua. — A má fé dos que combatem e dos que defendem a nossa intervenção. — Que vantagens materiaes poderiamos obter com a nossa participação na guerra. — A não intervenção equivale a renunciarmos á posse das maiores colonias. — Porque não convem á Inglaterra o auxilio das tropas portuguezas?

«Governo Nacional» — E' o titulo da farça que se está representando. — Como os monarchicos procuram levar a Republica á humilhação de aceitar o plebiscito.

Rumores de pateada... Os acontecimentos de Evora — O Congresso da União Republicana

Commentarios — O «Fora da lei» e a imprensa — A «Ultima crise» do sr João Chagas. — Palavras do sr Guilherme Moreira



N.º 2 = Lisboa, 6 de Maio de 1915



HERNANDO NEVES  
HERCULANO NUÑEZ

# Toda da Lei!

Preço: 4 centavos

## SUMARIO

As leis da Constituição de 1934  
e as leis complementares  
de 1935 a 1937. Este livro  
contém o texto integral de  
todas as leis mencionadas,  
com os seus respectivos  
estatutos de organização  
dos diversos órgãos  
do Poder Executivo,  
Legislativo e Judiciário.  
É indispensável para  
quem quiser conhecer  
o conteúdo das leis  
brasileiras de 1934 a 1937.



N.º 2 — Lisboa, 8 de Maio de 1937

# Fora da lei!

Lisboa, 6 de Maio de 1915

---

Directores, editores e proprietarios, Hermano Neves e Herculano Nunes  
Composição e Impressão, Tipografia Leiria, Rua da Horta Sêcca, 64  
Administração e Depósito na Livraria Ventura Abrantes, Rua do Alecrim, 80

---

## Porque não vamos para a guerra?

### Algumas inconveniencias sobre a attitude de Portugal

Vivemos da ficção, do artificio, do expediente, da inspiração de momento. Tudo quanto se faz em Portugal é improvisado. Não ha planos de administração, não ha planos de fomento, não ha planos financeiros, nem economicos nem politicos: é o acaso que regula todas as manifestações vitaes d'esta pobre nacionalidade, onde, para completar o cahos, todos sinceramente nos esforçamos por nos devorar uns aos outros. Para que não havemos de dize-lo claramente, abertamente, corajosamente? E' a Nação que morre sem assistencia, sem que se empregue um esforço para a salvar, sem que se tente um milagre que a ponha de pé. E ha porventura alguém de consciencia que, a sós consigo mesmo, não reconheça ter participado com um pouco de culpa n'este crime colectivo que aos nossos olhos indifferentes se vae consumando?

...E' a Nação que morre. Se não despertamos do marasmo, se não rompemos com a tradição negativista do nosso character nacional, mais propenso a lamentações do que a rasgos de energia, a nação morre a peor, a mais afrontosa de todas as mortes. E' a morte moral que nos

espera. E' o destino dos incapazes que nos ameaça. A Belgica, ao arremeçar-se para a lucta quando lhe era tão facil e tão commodo subtrahir-se a ella adoptando a simples formula de um protesto enviado ás chancellarias, garantiu a si propria a vida gloriosa dos grandes povos. Os orphãos do Limburgo e da Flandres saberão abençoar um dia o sangue derramado pelos paes. Se os tresentos milicianos do Luxemburgo se tivessem deixado massacrar pelo invasor, o mundo assistiria n'este momento ao desabrochar da historia de um povo em vez de presenciar o seu desaparecimento da lista das nações.

### **A inacção de Mossamedes ou as modernas delicias de Capua.**

Portugal colloca-se voluntariamente na situação de invalidez. E como se fosse preciso demonstrar com factos que não podemos arrostar com as contingencias de uma acção militar junto dos aliados, ahi deixámos cahir a pedra da indifferença sobre a vergonhosa retirada de Naulila, quando nem mais um instante se deveria ter socego n'este paiz antes que a affronta da invasão germanica no Sul de Angola tivesse sido vigorosamente castigada. Mas irão porventura tão longe os primeiros episodios da guerra actual que já se tenha esquecido a fuga de uma divisão inteira de francezes, que em agosto voltou costas ao inimigo na fronteira de leste? Não se viu depois como o exercito francez soube gloriosamente resgatar esse momento de fraqueza?

Eu sei como n'esta desgraçada terra tudo é ficção e tudo se faz ao acaso. Que uma vez ao menos, porém, se improvisasse alguma coisa de útil, e se supprisse com um excesso de patriotismo o que nos falta em preparação militar. Era nosso dever, fossem quaes fossem as consequencias politicas do facto, não ter hesitado em exigir, pela força, a entrega dos prisioneiros portuguezes de guerra que actualmente se encontram em poder dos allemães. Os milhares de soldados que desembarcaram em Mossa-

medes, deveriam antes ter posto pé em Swakopmund, onde com igual facilidade poderíamos enviar os necessários reabastecimentos. A sua permanença no local em que se encontram dá bem a impressão de que esperamos, não o momento de intervir, mas o momento de já não ser precisa a nossa intervenção.

**A má fé dos que combatem e dos  
que defendem a nossa inter-  
venção.**

A falta de planos e de visão politica que constitue a mais característica feição dos estadistas d'esta terra explica bem todas as hesitações e todas as vergonhas porque temos passado. E' facto assente que a Inglaterra desejou o concurso das nossas armas na campanha da Flandres. Entenda-se: das nossas armas e dos respectivos soldados. Pois bem; em vez de correspondermos a esse desejo, expresso n'um documento que as camaras legislativas tiveram occasião de apreciar, começámos a discutir coisas bisantinas. Bem ou mal, tivesse sido offerecido ou não o concurso do sangue portuguez, tivesse mesmo o governo instado com a Inglaterra para que esse concurso fosse acceito, o unico caminho que nos restava seguir seria evidentemente o da guerra. Ninguem pensou n'isso. Todas as discussões, todas as apreciações de oportunidade deveriam desde logo ter cessado como por encanto.

Mas não. Os dois partidos que naturalmente se formaram, um a favor da intervenção armada, outro absolutamente contrario a essa intervenção, continuaram a degladiar-se e a invectivar-se sem piedade.

Apodavam-se de covardes e traidores os que defendiam a neutralidade. Os intervencionistas, que pediam a immediata remessa de contingentes militares para a Flandres, eram injuriados com o epitheto de empreiteiros da guerra. A onda se suspeições alastrou-se como uma nodoa de azeite que tudo enxovalha... Uns recebiam o dinheiro allemão da verba que, nas suas despezas militares, o

Kaiser destinou á compra de consciencias. Outros preparavam-se para cobrar chorudas percentagens no fornecimento de material destinado ás nossas tropas. Tudo isto se disse, tudo isto se escreveu. Só o que ninguem disse nem escreveu foi que era tarde para arripiar caminho, porque a honra nacional exigia que marchássemos sem uma hesitação, embora á custa de tremendos sacrificios. -

**Que vantagens materiaes poderíamos obter com a nossa participação na guerra.**

Mas seria porventura apenas uma exigencia da honra collectiva d'este paiz que assim nos impellia para as linhas de batalha? Teriamos nós que partir, sentimentalmente, como um exercito de romanticos correndo atraz de um sonho, tal como a juventude portugueza que D. Sebastião conduziu á chacina de Alcacer-Kibir? Não haveria um interesse material a defender, uma vantagem a conquistar, uma aspiração concreta que justificasse o nosso gesto?

Eis o que nunca se pretendeu esclarecer n'essas pugnas de má fé que singularmente embaraçaram a questão. Falou-se, de uma maneira vaga, na valorisação do nosso paiz como potencia militar, no respeito devido aos povos que se batem, na suprema consolidação do regimen, no *élan* que o facto viria dar á vida nacional. Nada d'isto, porém, constituia motivo sufficientemente palpavel para justificar tamanho sacrificio. As guerras não se fazem por via de sentimentos: são sempre provocadas pela defeza de interesses. Aos factores primarios de ordem economica e politica é que devemos, por vezes, juntar a razão do ideal.

Ora eu affirmo que o nosso interesse economico e politico nos indicava claramente o caminho da guerra, a não ser me demonstrem que Portugal nada tem a ganhar com ser uma potencia colonial. Vejamos.

Se a conflagração europeia acabasse por uma victoria completa da Allemanha, o nosso papel em Africa e no Oriente teria terminado de vez. Creio que ninguem ignora

esta verdade rudimentar, demonstravel, de resto, como um theorema algebrico. Imagino até que a Hespanha, alem da aquisição de Gibraltar e de parte de Marrocos, seria condemnada á integração de Portugal no grande imperio ibérico, gravitando na orbita do sistema politico allemão e exercendo uma notavel acção de presença quer no Mediterraneo quer no Atlantico. Para nós ficaríamos assim perdidas não só as colonias, como a propria autonomia.

Note-se que este resultado seria invariavel, qualquer que fosse a nossa attitude perante a conflagração europeia. Em taes circumstancias, pois, parece á primeira vista que tanto valeria a pena a Portugal collaborar com a Inglaterra como abster-se de o fazer, visto que realmente as forças que pudessemos mandar em auxilio dos aliados em caso algum poderiam decidir da contenda. O caso, considerado sob um ponto de vista de politica pura, toma porém outro aspecto, que me abstenho de analisar por absolutamente improvavel.

**A não intervenção equivale a  
renunciarmos á posse das  
maiores colonias.**

Analisemos agora a hypothese mais verosimil do triumpho dos alliados.

E' a Inglaterra e os seus companheiros de lueta quem triumpham. Dentro d'esta hypothese, consideremos dois casos: no primeiro, não teríamos tomado parte na contenda; no segundo, contribuimos para a victoria com um pouco do nosso esforço militar.

Se a bandeira portugueza não tiver tremulado nos campos da Europa, ao reunir-se o congresso da paz, o representante da Belgica — d'essa Belgica heroica, d'esse povo digno de uma epopeia — exporá a situação do seu paiz devastado, das cidades arrazadas, das familias sem amparo, das industrias e do commercio aniquilados. Lembrará os fuzilamentos em massa, o exodo para a Hollanda, para a Inglaterra e para a França, as orphanidades, as

miserias, a fome; e tão eloquente será a evocação de todos esses factos que o congresso, salvo o platonico protesto dos representantes allemães, não terá hesitações em conceder á Belgica *tudo quanto ella pedir* como justa compensação do seu heroismo. E a Belgica, que poderá ella pedir? Uma indemnisação de guerra? Concedido. Uma dilatação de fronteiras metropolitanas? Concedido. Ganhará comtudo a nação Belga qualquer coisa com a aquisição de uma provincia germanica? Seria irrisorio suppôr que d'isso resultasse para ella qualquer vantagem de ordem economica. Essa vantagem ha de ella procurar obtel-a mas é nas colonias. O Congo Belga é um paiz interior; a nesga de littoral de que dispõe (á custa de Portugal, não nos esqueçamos d'isso), é insufficiente para a pôr de futuro em contacto com os grandes mercados. *A Belgica pedirá o Congo portuguez e o enclave de Cabinda*. E se nos derem, como compensação, o areal deserto da Damaralandia, já é motivo para nos considerarmos com sorte.

Pelo seu lado, a União Sul Africana, como recompensa do esforço empregado em reprimir a revolta boer e conquistar o sudoeste africano, exigirá o almejado porto de Lourenço Marques. Nós não poderemos oppor a essa pretensão mais que um timido protesto, muito palavroso e muito sentido, cujos effeitos não serão mais efficazes que os do protesto de 1891, ao seremos esbulhados pelos inglezes do nosso *hinterland* da Zambesia.

E' inutil agora considerar o caso da nossa participação na guerra. Uma simples guarda de bandeira que figurasse entre a comparsaria das batalhas da Europa, e tanto bastava para justificar, no futuro Congresso da paz, a admissão do representante de Portugal. Elle trataria de fazer valer então o sangue portuguez que porventura se tivesse derramado (e o de Naulila entraria por certo na conta). A integridade do nosso dominio colonial seria respeitada, o o Estado reembolsado das suas despezas militares. Sabem os senhores a quanto monta já o nosso *deficit*? A cerca de 32.000 contos — mais de 150 milhões de francos, de que ninguem nos indemnizará se não interviermos na contenda.



## Porque não convem á Inglaterra o auxilio das tropas portu- guezas ?

Era pois do nosso interesse a participação militar na lucta. Curioso paradoxo este! Com o auxilio que lhes levassemos ás linhas de fogo, os alliados tinham tudo a perder, e Portugal tinha tudo a ganhar. Não se cansem agora a procurar as razões em virtude das quaes, de certa altura em deante, a Grã-Bretanha manifestou o desejo de que o nosso paiz não representasse na conflagração europeia um papel de destaque. Nós tivemos na mão, como dizia ha pouco certa individualidade eminente da nossa terra, um bilhete da loteria premiado com a sorte grande — e rasgámo-lo conscientemente.

A Inglaterra, ao definir a sua attitude em principios de agosto, não tinha ideias ainda formadas a nosso respeito. Limitou-se a manifestar-nos que seria de seu agrado que não fizéssemos uma declaração de neutralidade. O resto era comnosco. Mas os seus estadistas *viram tudo* antes que nós o suspeitássemos. Desde que nos prestávamos a exercer uma connivencia, uma especie de complacência tacita, de preferencia a representar o nobre papel de um cooperador franco e leal, a Inglaterra achou melhor aproveitar essas disposições. Ficava assim simplificada a questão das futuras compensações á Belgica. Portugal não invocaria por certo os inumeros serviços encapotadamente prestados, a compra de armas e de navios em Italia e na America, o fornecimento de espingardas, cartuchos e canhões, o reabastecimento da guarnição de Gibraltar com prejuizo da população de Lisboa, as facilidades de pagamento ás tripulações do cruzeiro do Atlantico. Portugal não invocaria em seu favor nada d'isso, simplesmente porque ninguem faz gala na miseria. Poderíamos clamar, com orgulho, o nosso papel de guerreiros, se o tivéssemos desempenhado, mas seríamos sempre forçados a calar o nosso papel de contrabandistas.

E pois que a Inglaterra não tinha já interesse na nossa participação, chegando a ponto de nos dizerem de

Londres que os nossos soldados tinham uma preparação de tres mezes, o que é insufficiente para supportar as duzas de uma campanha moderna, como não hei-de eu reputar intelligentissimo o estadista portuguez que a levou a pedir a cooperação do nosso esforço militar nas linhas de batalha da Flandres, se é que esse estadista não é tambem uma ficção? Pois se o interesse economico e politico do paiz consistia em mandar tropas para a Grã-Bretanha, se o interesse dos alliados era contrario a esse nosso interesse, que admiravel patriotismo animou a nossa diplomacia e que espantosa victoria se não conseguiu para a nossa politica externa levando a Inglaterra, não só a acceitar os nossos soldados com a insufficiente instrução de tres mezes, como até a convidar-nos para que na guerra da Europa fossemos tomar parte?

Note-se: eu não sei se o convite da Inglaterra foi realmente a consequencia de uma offerta insistente do nosso governo. Quero apenas afirmar que, se essa offerta existiu, ella deve merecer todo o applauso dos verdadeiros portuguezes, dos que, acima de tudo, presam a dignidade e os interesses da Patria.

.....

Mas nós vivemos da ficção, do artificio, do expediente, da inspiração de momento. Nenhuma d'estas coisas commove os que teem a responsabilidade de dirigir a nossa marcha atravez da Historia. E' por isso que a Nação, a não despertarmos do marasmo, se afunda n'um lodçal de ignominia. Onde estão os magos, os bruxos, os lunaticos a prescrutar o futuro, a combinar no remanso dos gabinetes, á luz verde dos candieiros de trabalho, os factores de engrandecimento que a alma nacional reclama como o naufrago suplicando uma taboa de salvação?

.....

Perde-se Angola e perde-se Moçambique. Mas mais que as colonias em peso e que tudo o que nos resta ainda, vale sem duvida a honra de uma nação que pretende ser livre. Se, como Francisco I na batalha de Pavia, nós pudessemos ao menos salvar impolluta a honra d'este povo...

**Hermano Neves**

# «Governo Nacional»

É o titulo da farça que se está representando

Como os monarchicos procuram levar a Republica á humilhação de acceitar o plebiscito

Nas espheras governativas mantem-se o simulacro de regimen republicano. Nem o sr. Guilherme Moreira deixou de receber o sr. conde de Agueda, seu alliado politico, nem o sr. Gomes Teixeira destituiu ainda os monarchicos confessos que nomeou levanamente para os governos civís, para as administrações de concelho e para as commissões de varios municipios. Que quer isto dizer? Que o governo, certamente, não pode já desenlear-se das imposições dos inimigos do regimen. Elles mandam, alto e bom som; elle obedece, ainda na perigosa esperanza de lhes captar os votos nas proximas eleições. Só falta que os republicanos continuem de braços cruzados, espectadores impassiveis da farça que se está desenrolando. Essa farça tem um nome: *governo nacional*. Sahiu a designação de qualquer conselho de ministros e os monarchicos applaudiram-na como se fosse obra sua. E' que, se as apparencias diziam que continuavamos em Republica, ellas proprias se encarregavam tambem de confirmar que já não tinhamos um governo republicano. Era simplesmente nacional...

\*  
\*      \*

Nas republicas, como nas monarchias que acceitam o principio da soberania popular, os governos são sempre nacionaes — no sentido de que traduzem as aspirações da maioria da nação. Mas, nem nas monarchias podem deixar de ser monarchicos, nem nas republicas podem deixar de encarnar o espirito republicano. Quando se verifica o contrario é porque o regimen, incompatibilisado com a

nação, reconhece que não tem condições de vida propria e acceta um suicidio inglorio e torpe. Assim como para se estar em monarchia não basta haver um rei, cercado de ministros mais ou menos laçaios e de laçaios mais ou menos ministros, tambem para se viver em Republica não é condição sufficiente a existencia d'um chefe de Estado que se intitula presidente. Deixariamos de ter rei, mas bem poderíamos passar a ter roque — e desconheço em verdade os beneficios que nos adviriam da mudança, considerada sob um aspecto tão restricto e comesinho. A Republica, para que o seja, jámais poderá postergar os principios que lhe deram vida, que a ergueram desde o coração do povo, onde ella existia como aspiração mal esboçada, até ás realidades do parlamento e das secretarias do Terreiro do Paço. Esses principios fixaram-se no codigo fundamental do regimen, na sua Constituição, que o sr. dr. Manuel de Arriaga desejaría fosse de bronze, segundo um discurso celebre que proferiu um dia na Assembleia Nacional Constituinte. Em que embarços s. ex.<sup>a</sup> estaria hoje, se o seu desejo não tivesse passado d'uma banal figura de rhetorica! Assim, de papel, facilmente se amarrota, a pobre Constituição. . . Mas de bronze!

Se os principios não se cumprem, se os ministros não formam um governo republicano, se tantas auctoridades são monarchicas e tem muita honra n'isso, se os partidos republicanos são considerados quantidades despreziveis — porque é que os cidadãos d'este paiz hão-de illudir-se uns aos outros, imaginando que vivem em Republica, quando a situação que nos governa, não sendo republicana nem monarchica, é, no emtanto, muíto mais monarchica que republicana?

\*

\*

\*

Para honra de todos, de monarchicos e de republicanos, deve acabar a miseravel confusão em que se encontra hoje a politica da nossa terra. Se os monarchicos tem a força, que façam a monarchia; se ella continua do lado dos republicanos, que estes obriguem o governo a tirar a

sua mascara de criminosa neutralidade politica. Os proprios monarchicos, não podendo defendel-o, são os primeiros a mostrar que a situação é realmente insustentavel. Que dizem elles para justificar a estranha orientação que o governo vem seguindo? Isto, por exemplo, que recorto ao acaso d'um numero do *Nacional* :

O sr. general Pimenta de Castro e os seus collegas estão ali, se não nos enganamos, para vêrem se é possível fazer-se dentro da Republica um governo decente, um governo capaz de respeitar os mais elementares direitos dos cidadãos, taes como se encontram consignados nas leis do paiz.

E mais adiante, no mesmo artigo :

Mas os monarchicos não pedem ao governo nenhum favor. Unicamente lhe pedem . . . que cumpra o curto mas sufficiente programma do seu illustre chefe; que *pegue na lei* e que *ande para a frente* !

Mas se o governo não tem feito mais que *rasgar a lei* porque é que os monarchicos o apoiam e o incitam a trilhar o mesmo caminho de perseguição arbitraria e violenta contra republicanos? Não sabem os monarchicos que nenhuma lei auctorisava as demissões que elle effectuou? Ignoram que a Constituição da Republica se oppunha a que elle impedisse a reunião do Congresso? Desconhecem que a Constituição não lhe permittia dissolver as corporações administrativas? Tudo isso foi rasgar a lei, tudo isso foi o contrario "de respeitar os mais elementares direitos dos cidadãos, taes como se encontram consignados nas leis do paiz". E os monarchicos bateram palmas e pediram mais.

Não, não é o cumprimento da lei que elles desejam. O que elles querem, o que elles procuram a todo o transe, aproveitando-se principalmente da inhabilidade politica ou quer que seja que caracteriza o sr. Guilherme Moreira e porventura dos momentaneos desequilibrios a que me dizem estar sujeito o espirito do sr. Pimenta de Castro, o que elles querem é realisar emfim o almejado plebiscito, disfarçado n'umas eleições com voto obrigatorio e suffragio universal, previamente estabelecendo no paiz uma

atmosfera politica e moral que lhes seja favoravel. Querem que a Republica, ao fim de cinco annos, se sujeite á inqualificavel torpeza de ir perguntar ao paiz... se prefere a monarchia. Essa humilhação bastava, pelo seu degradante e repellente significado, para que todos os republicanos dignos desertassem do terreno eleitoral, dispostos a traduzirem o seu protesto em impetos revolucionarios, ou resignados a acceitarem com indifferença a morte d'um regimen que não tivera forças que o libertassem da suprema affronta.

\*  
\*                      \*

Mas os defensores do governo, aquelles que ingenuamente acreditam que elle realisa uma obra de salvação da Republica, dizem com insistencia *que tomara o sr. Pimenta de Castro que os monarchicos venham para a rua, afim de lhes dar uma lição mestra.*

E' esse um novo *bluff* com que se pretende illudir a boa fé dos republicanos. Tambem os amigos do sr. Teixeira de Sousa diziam coisa identica nas vespas do 5 de outubro: *que os republicanos se atrevessem a fazer a revolução e bastaria a guarda municipal para os liquidar de vez.* E, de facto, o sr. Teixeira de Sousa imaginava que assim aconteceria, como tambem o sr. Pimenta de Castro suppõe que assim acontecerá. Esquece-se que a sorte das batalhas, como a vida dos regimens nas horas decisivas, depende de contingencias que ninguem pode prever nem dominar. São os "factores imponderaveis" de que falava Bismarck. Elles surgem como relampagos a illuminar, aqui, alem, a historia de todo o mundo. Accentue-se na consciencia publica uma atmosphera favoravel á restauração monarchica, caminhe o governo de transigencia em transigencia, de capitulação em capitulação, accusando e perseguindo republicanos, cobrindo com o seu manto protector os mais ferrenhos inimigos das instituições, desprezando a lei, fomentando a indisciplina, amortecendo a fé na alma popular — e ver-se-ha na hora propria se as

palavras do sr. Pimenta de Castro valem mais do que valeram as do sr. Teixeira de Sousa.

\*  
\*   \*  
\*

Quer o governo fazer desaparecer as apprehensões dos republicanos que o julgam inconsciente cúmplice dos preparativos para uma restauração monarchica? E' bem simples, admittindo mesmo que é legitima a guerra sem treguas que elle move ao partido democratico. Demitta todos os monarchicos que collocou nos governos civis e nas administrações de concelho e substitua as commissões administrativas em que elles se encontrem representados; não pratique um unico acto de administração publica que não possa ser apoiado e defendido pelos dois partidos conservadores, evolucionista e unionista; faça as eleições a 6 de Junho, concedendo a todos os cidadãos, monarchicos ou republicanos e seja qual fôr o partido a que pertençam, as mesmas amplas liberdades de propaganda e a mesma absoluta garantia da genuinidade do suffragio.

E' bem simples. É ou o governo segue esse caminho, mostrando *com actos e não com palavras* que não está resolvido a auxiliar consciente ou inconscientemente a restauração monarchica, ou os republicanos terão de o escorraçar das cadeiras do poder — se é que as suas energias combativas são ainda capazes de vibrar como nos antigos tempos. O dilemma está posto: ou um governo republicano, ou o regimen só sahirá d'este periodo de agonia para descer á valla das coisas putridas.

**Herculano Nunes**

---

# Rumores de pateada...

## Os acontecimentos de Evora — O Congresso da União Republicana

Factos recentes vieram confirmar em absoluto o fundamento das apprehensões e duvidas que procurei traduzir no primeiro numero do *Fóra da lei!*, sustentando que o sr. D. Manuel não tardaria a installar-se outra vez no paço das Necessidades se as energias da alma republicana não despertassem para a lucta. Esses factos são, pela sua ordem chronologica, os protestos dos republicanos de Evora e a orientação do congresso unionista.

N'aquella cidade alemtejana, o monarchico governador civil não soube hostilizar os republicanos com a manhosa diplomacia com que outras auctoridades o estão fazendo. Essa falta de tactica prejudicou o seu plano, abrindo por tal modo os olhos a democraticos, evolucionistas e unionistas que elles não tiveram remedio senão *ver*. Confessemos que esta especie de monarchicos é menos perigosa que a de muitos outros espalhados por esse paiz em logares de confiança da Republica e que teem a facil habilidade de captar as sympathias d'um ou outro republicano historico ou pre-historico. Quando os seus gestos conseguem projectar uma sombra de desconfiança no espirito d'alguns republicanos menos atreitos a deixarem-se seduzir, apresentam o attestado de bom comportamento passado pelo *amigo historico* e seguem para a frente.

Sobre o congresso unionista direi que foi uma admiravel manifestação de fé republicana. Havia quem sinceramente julgasse a União um insignificante grupo, patrulha, grupelho, qualquer coisa como o agglomerado de duas duzias de creaturas, quasi todas ellas intelligentes, que se tinham dado á madureza de inventar um partido politico. O congresso veio demonstrar que essa opinião é errada. A União Republicana é um partido de governo e tem elementos para se affirmar um dos mais solidos es-



teios da Republica. Podia representar apenas a coordenação intelligente e disciplinada dos esforços patrióticos d'uns centos de pessoas — e isso não apoucaria as suas intenções de bem servir o regimen. Mas é mais alguma coisa:— é, de facto, um partido organizado. Podemos discordar das affirmações ali feitas, tanto das de character politico geral como das que revestiram um significado restrictamente partidario, mas devemos reconhecer que ellas impressionaram pela elevada correcção que traduziam. Em palavras que não precisaram ser de ameaça para serem claras e terminantes, o governo foi avisado de que terá de arripiar caminho.

Outro facto ainda eu poderia juntar a esses dois, como symptoma d'um começo de reacção no espirito republicano. Refiro-me ás deliberações tomadas pelos officiaes que se reuniram em casa do sr. capitão Martins de Lima, que gosa dô maior prestigio entre os seus camaradas de todo o paiz. Mas espero que taes deliberações se traduzam em actos, na certeza de que elles só podem contribuir para desvanecer a mystificação de que os republicanos estão sendo victimas. Por emquanto, o governo mostra-se nas melhores disposições de auxiliar o plebiscito ou facilitar inconscientemente um golpe de mão audacioso contra a Republica. Estes rumores de pãteada poderão obrigar-o a mudar de rumo?...

**Herculano Nunes**

---

## COMMENTARIOS

**O «Fóra da  
Lei» e a  
imprensa.**

Quasi todos os jornaes de Lisboa e Porto noticiaram o apparecimento do *Fóra da Lei* com palavras de tamanha amabilidade que só podemos explical-as como uma prova de leal camaradagem. A todos significamos o nosso reconhecimento.

\*

**«A ultima cri-  
se» do Snr.  
João Chagas.**

Temos uma admiração antiga e profunda pelas altissimas qualidades que distinguem o Sr. João Chagas. Não conhecemos, em toda a imprensa portugueza, espirito mais brilhante, jornalista mais vigoroso no poder do raciocinio, na analyse clara dos homens e dos factos. Mas essa admiração não nos impede de dizer que discordamos do modo por que s. ex.<sup>a</sup> poz a questão politica no seu opusculo *A ultima crise*. Talvez por estar longo tempo arredado da vida nacional, o ex-ministro em Paris omitta factos que seriam preciosos para a historia exacta dos acontecimentos que se estão desenrolando, e narra muitos outros que são d'uma inoportunidade flagrante. De resto, ninguem esperava que o Sr. João Chagas viesse fazer historia. E' ainda cedo para isso. Quanto melhor não seria, para a defeza dos principios republicanos, que o Sr. João Chagas escrevesse agora aquellas palavras de combate que só s. ex.<sup>a</sup> sabe escrever — ardentes, vigorosas, inflamadas de fé, transmittindo aos outros a coragem que lhes falta, a todos inspirando a confiança antiga na victoria dos principios!...

Discordamos — e no proximo numero mais largamente diremos porquê.

\*

**Palavras do  
Snr. Guilher-  
me Moreira.**

O profundo civilista que continua a ser ministro da Republica, não se sabe bem como, mais uma vez deitou entrevista a proposito dos seus planos politicos. Averiguou-se que a candidez do Sr. reitor da Universidade de Coimbra ia sendo illudida pelos patifes dos monarchicos...



